



Processo Seletivo

Programa de Aprimoramento Profissional na Área da Saúde – 2016

003. PROVA OBJETIVA

DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. O Presidente da República será julgado
- (A) nas infrações penais comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) nas infrações penais comuns, pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (C) nas infrações penais comuns, pelo Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) nos crimes de responsabilidade, pela Câmara dos Deputados.
02. O direcionamento da atividade dos serviços públicos fundamentada na efetividade do bem comum é característica básica do Princípio da
- (A) Eficiência.
 - (B) Legalidade.
 - (C) Impessoalidade.
 - (D) Moralidade.
 - (E) Proporcionalidade.
03. Conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 6º, são direitos sociais a
- (A) educação, a saúde, o trabalho, a liberdade, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.
 - (B) educação, a saúde, o trabalho, a inviolabilidade dos direitos à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.
 - (C) inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
 - (D) igualdade de direitos entre homens e mulheres.
 - (E) educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.
04. Em suas relações internacionais, o Brasil é regido pelos seguintes princípios, **exceto**
- (A) independência nacional.
 - (B) prevalência dos direitos humanos.
 - (C) autodeterminação dos povos.
 - (D) publicidade.
 - (E) igualdade entre os Estados.
05. A Constituição Federal, ao dispor sobre o direito à vida, veda expressamente
- (A) a comercialização de órgãos humanos.
 - (B) a manipulação de material genético.
 - (C) qualquer hipótese de pena de morte.
 - (D) a execução de qualquer espécie de aborto.
 - (E) a realização de eutanásia.

06. Leia a definição a seguir:

“modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.”

A definição refere-se à modalidade de licitação chamada

- (A) Tomada de Preços.
 - (B) Concorrência.
 - (C) Leilão.
 - (D) Concurso.
 - (E) Pregão.
07. A Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal – STF, enuncia: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. Nesse entendimento, dentre os poderes da Administração Pública, restou consagrada a
- (A) publicidade.
 - (B) razoabilidade.
 - (C) autotutela.
 - (D) estabilidade.
 - (E) moralidade.
08. Nos termos da lei que regula os atos de improbidade administrativa, qual a alternativa **INCORRETA**?
- (A) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
 - (B) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
 - (C) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
 - (D) Qualquer agente público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - (E) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

09. A vigência dos contratos regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, relativo à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a

- (A) quarenta e seis meses.
- (B) doze meses.
- (C) vinte e quatro meses.
- (D) sessenta meses.
- (E) cento e oitenta dias.

10. De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitação será inexigível

- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (C) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (D) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

DIREITO DO CONSUMIDOR

11. Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, devem ser informados os competentes órgãos

- (A) dos Estados.
- (B) da União e do Distrito Federal.
- (C) dos Estados e dos Municípios.
- (D) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) somente da União e dos Estados.

12. Em se tratando de tutela específica ou para obtenção do resultado prático equivalente, quais as medidas necessárias que o Juiz poderá determinar?

- (A) Busca e apreensão.
- (B) Remoção de coisas e pessoas.
- (C) Busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.
- (D) Somente requisição de força policial.
- (E) Busca e apreensão com requisição de força policial.

13. De conformidade com as regras do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto apresentado. Assim sendo, o consumidor prejudicado poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a complementação do peso ou medida ou ainda o abatimento proporcional do preço.
- (B) a reexecução dos serviços poderá ser exigida pelo consumidor, porém acarretará custo adicional quando cabível.
- (C) no fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, não estará implícita a obrigação de empregar componentes de reposição originais e novos.
- (D) a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o eximirá de responsabilidade.
- (E) aquele que efetivar o pagamento ao consumidor prejudicado não poderá exercer o direito do regresso dos demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

DIREITO CIVIL

14. São registrados em registros públicos, **exceto**:

- (A) emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- (B) sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- (C) atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- (D) nascimentos e óbitos.
- (E) interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

15. Assinale a alternativa que identifica uma pessoa de direito público interno.

- (A) Partido Político.
- (B) Empresa Pública.
- (C) Sociedade de economia mista.
- (D) Autarquia.
- (E) Associação de classe com representação nacional.

16. Com relação ao Direito das Obrigações, segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando tratar-se de obrigações alternativas, a decisão final cabe ao credor.
- (B) A obrigação de dar coisa certa abrange seus acessórios não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (C) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero.
- (D) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, mas não poderá exigir aumento no preço por eventuais melhoramentos e acrescidos da coisa.
- (E) Ocorre a confusão quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.

17. Segundo o artigo 927 do Código Civil de 2002: “Aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Quanto a essa reparação, podemos afirmar que

- (A) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la são personalíssimas, logo não podem ser transmitidas a terceiro.
- (B) a responsabilidade civil objetiva do Estado não gera o dever de indenizar.
- (C) caso a vítima tenha concorrido culposamente para o evento danoso, sua culpa será considerada no momento da fixação da indenização.
- (D) a extensão do dano não constitui critério para se fixar indenização por este ser critério subjetivo.
- (E) os bens imóveis do causador do dano não ficam sujeitos à reparação do dano causado à vítima.

18. No que tange a vícios redibitórios, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço, em prazos diferentes se a coisa for móvel ou imóvel, contado da entrega efetiva.

Assim sendo, quais são os prazos corretos?

- (A) Uma semana se a coisa for móvel e trinta dias se a coisa for imóvel.
- (B) Trinta dias se a coisa for móvel e um ano se a coisa for imóvel.
- (C) Trinta dias se a coisa for móvel e cinco anos se for imóvel.
- (D) Cento e oitenta dias se a coisa for móvel e um ano se a coisa for imóvel.
- (E) Cento e oitenta dias se a coisa for móvel e cinco anos se a coisa for imóvel.

19. A contagem dos prazos processuais se dará de que forma?

- (A) Incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- (B) Incluindo o dia do começo e o do vencimento.
- (C) Excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- (D) Excluindo o dia do começo e o do vencimento.
- (E) Excluindo o dia do começo e incluindo o primeiro dia útil após a intimação.

20. O valor da causa na petição inicial de uma ação de cobrança deverá ser a soma

- (A) da dívida principal, excetuando-se os juros.
- (B) da dívida principal, incluindo-se os juros vencidos até a data da propositura da ação.
- (C) da dívida principal, incluindo-se os juros vencidos até a data da citação do réu.
- (D) da dívida original, excluindo-se os juros e incluindo-se as multas.
- (E) da dívida original, incluindo-se os juros até a data da citação do réu.

21. O processo se extingue com resolução do mérito quando

- (A) o juiz indeferir a petição inicial.
- (B) o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- (C) o autor desistir da ação.
- (D) ocorrer confusão entre autor e réu.
- (E) o réu reconhecer a improcedência do pedido.

22. Uma sentença de mérito pode ser rescindida quando

- (A) surgir documento novo a ser incluído como prova.
- (B) proferida por juiz competente.
- (C) a sentença resultar de participação de terceiro interessado.
- (D) o Ministério Público não for ouvido no processo.
- (E) se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

23. São títulos executivos judiciais:

- (A) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- (B) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.
- (C) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.
- (D) o crédito decorrente de foro e laudêmio.
- (E) o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.

DIREITO COMERCIAL

24. Nos termos do artigo 889 do Código Civil, o título de crédito deve conter a
- (A) indicação precisa dos direitos que confere e a indicação do vencimento.
 - (B) data de emissão, o local e a data de vencimento.
 - (C) data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere e a assinatura do emitente.
 - (D) assinatura do emitente.
 - (E) data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, o local e a data de vencimento.
25. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é
- (A) solidária e ilimitada quanto às obrigações sociais.
 - (B) restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.
 - (C) restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
 - (D) restrita ao preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.
 - (E) restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DIREITO PENAL

26. De acordo com o artigo 18 do Código Penal, diz-se o crime culposo quando o agente deu causa ao resultado por
- (A) embriaguez.
 - (B) desídia no desempenho das funções.
 - (C) negligência.
 - (D) imprudência, negligência ou imperícia.
 - (E) negligência e imperícia.
27. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio constitui crime de
- (A) apropriação indébita.
 - (B) estelionato.
 - (C) peculato.
 - (D) concussão.
 - (E) corrupção ativa.

28. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
- (A) configura crime de prevaricação.
 - (B) constitui crime de condescendência criminosa.
 - (C) configura crime de desobediência.
 - (D) constitui crime de abandono de função.
 - (E) não constitui ilícito penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

29. Nos termos do artigo 4º do Código de Processo Penal, a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim
- (A) a apuração das infrações penais, civis e administrativas, e da sua autoria.
 - (B) a apuração das infrações penais e administrativas, e da sua autoria.
 - (C) a apuração das infrações penais e civis.
 - (D) a apuração dos crimes e das contravenções penais.
 - (E) a apuração das infrações penais e da sua autoria.
30. Quanto ao prazo para o encerramento do inquérito policial, é correto afirmar que
- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
 - (B) o inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
 - (C) o inquérito deverá terminar no prazo de 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 45 dias, quando estiver solto.
 - (D) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 60 dias, se estiver solto, ou em qualquer outro prazo que tenha sido determinado pelo juiz.
 - (E) o Código de Processo Penal não estipula prazo para o encerramento, devendo este ser estipulado pelo juiz.

31. De acordo com o artigo 25 do Código de Processo Penal, a representação do ofendido será
- (A) irretratável, a qualquer tempo.
 - (B) irretratável, depois de oferecida a denúncia.
 - (C) retratável.
 - (D) condicionada à apresentação de provas ao Ministério Público.
 - (E) condicionada à contratação de advogado para a realização do ato.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

32. O Contrato Individual de Trabalho por prazo determinado só será válido em se tratando
- (A) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter transitório; de contrato de experiência.
 - (B) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter permanente; de contrato de experiência.
 - (C) de serviço de natureza permanente; de atividades empresariais de caráter permanente; de contrato de experiência.
 - (D) de serviço terceirizado; de atividades empresariais de caráter transitório; de contrato de experiência.
 - (E) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter autônomo; de contrato de experiência.
33. Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada
- (A) ao uso dos equipamentos de proteção individual doados pela sociedade.
 - (B) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.
 - (C) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo sindicato.
 - (D) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo poder público.
 - (E) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

34. O aviso prévio será concedido na proporção de
- (A) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 2 (dois) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 40 (quarenta) dias, perfazendo um total de até 110 (cento e dez) dias.
 - (B) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 1 (um) dia por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 30 (trinta) dias, perfazendo um total de até 60 (sessenta) dias.
 - (C) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.
 - (D) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 5 (cinco) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 30 (trinta) dias, perfazendo um total de até 60 (sessenta) dias.
 - (E) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 90 (noventa) dias, perfazendo um total de até 120 (cento e vinte) dias.
35. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, considera-se empregador
- (A) a empresa, individual ou coletiva, desde que o Estado assumira os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal de serviço.
 - (B) a empresa, individual ou coletiva, desde que a Sociedade assumira os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal de serviço.
 - (C) a empresa, individual ou coletiva, desde que o Sindicato assumira os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal de serviço.
 - (D) a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
 - (E) a empresa, individual ou coletiva, desde que a Associação de Empresas da região assumira os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal de serviço.

36. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário
- (A) até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.
 - (B) até 2 (dois) dias consecutivos, em virtude de casamento.
 - (C) até 4 (quatro) dias consecutivos, em virtude de casamento.
 - (D) até 6 (seis) dias consecutivos, em virtude de casamento.
 - (E) até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

37. Nos serviços ou atividades essenciais,
- (A) os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
 - (B) o poder público é obrigado a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
 - (C) os sindicatos são obrigados a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
 - (D) não é garantida, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
 - (E) a sociedade é obrigada a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
38. As Convenções e os Acordos Coletivos serão celebrados
- (A) verbalmente.
 - (B) com a participação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.
 - (C) por escrito.
 - (D) com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (E) com a participação da sociedade.

39. A Constituição Federal assegura a livre associação profissional ou sindical, observado que
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - (B) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - (C) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - (D) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - (E) a lei poderá exigir autorização do Estado e da Sociedade para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
40. A Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter
- (A) dispositivo.
 - (B) educacional.
 - (C) constitutivo.
 - (D) resolutivo.
 - (E) normativo.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

41. O pedido, nas reclamações trabalhistas enquadradas no procedimento sumaríssimo,
- (A) deverá ser certo ou indeterminado e indicará o valor correspondente.
 - (B) deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
 - (C) deverá ser incerto ou determinado e indicará o valor correspondente.
 - (D) deverá ser certo ou determinado, não havendo necessidade de indicação do valor da causa.
 - (E) deverá ser nos termos do apurado na fase probatória.

42. A competência para julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho é da
- (A) Justiça Comum.
 - (B) Justiça Federal.
 - (C) Justiça do Trabalho.
 - (D) Justiça Penal.
 - (E) Justiça Eleitoral.
43. O não comparecimento à audiência importa,
- (A) para o reclamante, na revelia, além de confissão quanto à matéria de fato e para o reclamado, no arquivamento da reclamação.
 - (B) para o reclamante, na revelia, além de confissão quanto à matéria de fato e para o reclamado, em multa administrativa.
 - (C) para o reclamante, em multa administrativa, e para o reclamado, na revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
 - (D) para o reclamante, no arquivamento da reclamação, e para o reclamado, na revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
 - (E) para o reclamante e para o reclamado, no arquivamento da reclamação.
44. Nas reclamações trabalhistas enquadradas no procedimento sumaríssimo,
- (A) se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
 - (B) não se fará citação por edital, incumbindo à Justiça do Trabalho a correta indicação do endereço do reclamado.
 - (C) se fará citação por edital, incumbindo à Justiça do Trabalho a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
 - (D) não se fará citação por edital, incumbindo ao Ministério do Trabalho e Emprego a correta indicação do endereço do reclamado.
 - (E) não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
45. Nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é
- (A) direito de todos.
 - (B) direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
 - (C) direito de todos e obrigação da União, dos Estados e dos Municípios, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção.
 - (D) dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.
 - (E) direito de todos e dever do Estado, garantido por meio do Sistema Único de Saúde – SUS.
46. Ao Sistema Único de Saúde – SUS **não** compete
- (A) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
 - (B) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
 - (C) ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
 - (D) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
 - (E) colaborar na proteção do consumidor de produtos e serviços.
47. O Sistema Único de Saúde – SUS é constituído pelo
- (A) conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações privadas.
 - (B) conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, e pela iniciativa privada, solidariamente.
 - (C) conjunto de serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais.
 - (D) conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.
 - (E) conjunto de ações de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e das associações criadas nos termos do Código Civil.

- 48.** Nos termos da Constituição Federal, a seguridade social será financiada
- (A) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.
 - (B) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (C) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal.
 - (D) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (E) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 49.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos
- (A) à saúde, ao trabalho e à previdência.
 - (B) à saúde, à previdência e à cultura.
 - (C) à saúde, à previdência e à assistência social.
 - (D) à saúde, à previdência e à segurança.
 - (E) à saúde, à educação e à assistência social.
- 50.** Nos termos da Constituição Federal, a previdência social será organizada
- (A) sob a forma de regime especial, de caráter contributivo e de filiação facultativa.
 - (B) sob a forma de regime estatutário, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
 - (C) sob a forma de regime geral, de caráter universal e de filiação facultativa.
 - (D) sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
 - (E) sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa.

